

**Banco de Tokyo-Mitsubishi
UFJ Brasil S.A.**

**Demonstrações financeiras em IFRS em
31 de dezembro de 2014
e relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstração de resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

São Paulo, 19 de Fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
 Demonstrações Financeiras de
 31 de dezembro de 2014 e 2013 (reapresentado)
 Em milhares de Reais

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e reserva em Banco Central	5	502.956	73.834	Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		2.441.550	1.022.796
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		59.506	63.310	Instrumentos financeiros derivativos	7	595.600	268.591
Títulos e valores mobiliários	6	2.570	50.351	Obrigações por empréstimos no exterior	16	1.845.950	754.205
Instrumentos financeiros derivativos	7	56.936	12.959	Passivos financeiros ao custo amortizado	17	3.478.172	2.932.063
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.057.367	1.140.836	Depósitos de clientes		1.460.288	2.039.647
Títulos e valores mobiliários	9	2.057.367	1.140.836	Depósitos de instituições financeiras		209	57
Empréstimos e recebíveis		4.584.622	3.804.898	Captações no mercado aberto		238.530	148.510
Aplicações em operações compromissadas		2.863.167	2.390.142	Obrigações por empréstimos e repasses		1.779.145	743.849
Aplicações em depósitos interfinanceiros		40.486	55.469	Provisão para passivos contingentes e fiscais	19	122.590	105.390
Aplicações em moedas estrangeiras		20.399	62.978	Tributos a recolher	20	50.419	32.622
Operações de crédito	10	1.680.748	1.301.690	Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	11.761	19.774
Provisão para redução ao valor recuperável	11	(20.178)	(5.381)	Outros passivos	20	282.645	101.884
Ativo imobilizado	14	34.694	31.356	Total do passivo		6.387.137	4.214.529
Ativos intangíveis	15	24.024	23.802	Patrimônio líquido	22	1.204.347	1.166.176
Imposto de renda e contribuição social diferido	31	-	-	Capital social		853.071	853.071
Outros ativos	13	328.315	242.669	Ações em tesouraria		(4.041)	(3.906)
				Reservas de capital		5.103	5.103
				Reservas de lucros		353.772	312.032
				Ajustes de avaliação patrimonial		(3.558)	(124)
Total do ativo		7.591.484	5.380.705	Total do passivo e patrimônio líquido		7.591.484	5.380.705

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.

Demonstração do Resultado

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de juros e similares	23	478.524	368.809
Despesas de juros e similares	24	(411.584)	(251.410)
Receita líquida de juros		66.940	117.399
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	25	153.342	62.451
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	26	19.858	16.904
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	27	36.551	30.309
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito		(14.796)	(1.115)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	(15.353)	(15.226)
Despesas de pessoal	29	(102.527)	(86.120)
Depreciação e amortização	30	(9.153)	(7.813)
Outras despesas administrativas	31	(51.133)	(41.847)
Lucro bruto antes dos impostos		83.729	74.942
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	(45.368)	(29.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	5.557	(5.533)
Lucro líquido do exercício		43.918	39.824
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)		4.331.569	4.332.060
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas do Banco (expresso em Reais por lote de mil ações)		10,14	9,19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



Demonstração do resultado abrangente

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício		43.918	39.824
Resultado abrangente:			
Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido - bruto	34	(5.336)	18.437
Efeito dos impostos		2.134	(7.374)
		<u>(3.202)</u>	<u>11.063</u>
Variação nos ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda - bruto		(387)	(633)
Efeito dos impostos		155	253
		<u>(232)</u>	<u>(380)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>40.484</u>	<u>50.507</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Em 1º de janeiro de 2013 – apresentado anteriormente	853.071	4.947	156	20.874	237.413	(10.807)	-	(3.906)	1.101.748
Ajuste de exercícios anteriores					16.532				16.532
Em 1º de janeiro de 2013 – ajustado	853.071	4.947	156	20.874	253.945	(10.807)	-	(3.906)	1.118.280
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						(380)			(380)
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						11.063			11.063
Total do resultado abrangente do exercício						10.683	39.824		48.041
Aquisição de ações de própria emissão					6				6
Destinação do lucro:									
Reserva legal				2.259			(2.259)		-
Reserva estatutária					34.948		(34.848)		-
Dividendos propostos							(2.617)		(2.617)
Em 31 de dezembro de 2013	853.071	4.947	156	23.133	288.899	(124)	-	(3.906)	1.166.176
Lucro líquido do exercício							43.918		43.918
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						(232)			(232)
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						(3.202)			(3.202)
Total do resultado abrangente do exercício						(3.434)			(3.434)
Aquisição de ações de própria emissão								(135)	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					17				17
Destinação do lucro:									
Reserva legal				1.936			(1.936)		-
Reserva estatutária					39.787		(39.787)		-
Dividendos propostos							(2.195)		(2.195)
Em 31 de dezembro de 2014	853.071	4.947	156	25.069	328.703	(3.558)	-	(4.041)	1.204.347

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



Demonstrações dos fluxos de caixa

	2014	2013
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)	<u>870.837</u>	<u>598.599</u>
Lucro líquido do exercício	<u>43.918</u>	<u>39.824</u>
Ajustes ao lucro líquido:	<u>36.538</u>	<u>32.572</u>
Provisão para redução do valor recuperável de operações de crédito	14.797	1.115
Depreciação e amortização	9.153	7.813
Provisão para passivos contingentes e fiscais	12.588	23.644
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:	<u>(1.364.457)</u>	<u>(759.432)</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	3.804	55.116
Ativos financeiros disponíveis para venda	(916.918)	(266.744)
Reservas em Banco Central	(8.770)	(17.160)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.996	(35.753)
Operações de crédito	(379.058)	(391.960)
Outros ativos	(83.511)	(102.931)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:	<u>2.154.838</u>	<u>1.285.635</u>
Instrumentos financeiros derivativos	327.009	208.349
Obrigações por empréstimos no exterior	1.091.745	298.584
Depósitos	(579.207)	683.387
Captações no mercado aberto	90.020	(78.508)
Obrigações por empréstimos e repasses ao custo amortizado	1.035.296	74.824
Tributos a recolher	17.797	1.025
Outros passivos	172.178	97.974
Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)	<u>(12.713)</u>	<u>(22.667)</u>
Alienação de imobilizado	17.389	11.542
Aquisição de imobilizado	(25.910)	(23.487)
Aquisição de intangível	(4.192)	(10.722)
Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)	<u>(2.313)</u>	<u>(2.886)</u>
Dividendos pagos	(2.195)	(2.892)
Aquisição de ações em tesouraria	(135)	-
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	17	6
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>855.811</u>	<u>573.046</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.460.910	1.887.864
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.316.721	2.460.910

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Informações gerais

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. ("Banco"), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve todas as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pelo The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("Matriz"), tendo como *holding* Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc. (controladora final do "Grupo"), ambas com sede no Japão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Comitê de Auditoria em 19 de Fevereiro de 2015.

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações, do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo espontaneamente reapresentados para refletir o registro dos ajustes decorrentes de atualização monetária de depósitos judiciais e de passivos contingentes conforme IAS 8 Políticas Contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros. Desta forma, os saldos correspondentes a 31 de dezembro de 2013 foram reapresentados conforme demonstrado a seguir:

Balanco Patrimonial

	Saldo Publicado	Ajuste	Saldo Reapresentado
Ativo	5.348.111	63.950	5.380.705
Caixa e reserva em Banco Central	73.834	-	73.834
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	63.310		63.310
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.140.836		1.140.836
Empréstimos e recebíveis	3.836.254		3.804.898
Ativo imobilizado	31.356	-	31.356
Ativos intangíveis	23.802	-	23.802
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Outros ativos	178.719	63.950	242.669
Depósitos Judiciais	108.200	63.950	172.150
Outras contas de outros ativos	70.519	-	70.519
Passivo	4.169.577	44.952	4.214.529
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	1.022.796		1.022.796
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.932.063	-	2.932.063
Provisão para passivos contingentes e fiscais	73.104	32.286	105.390



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
 Demonstrações Financeiras de
 31 de dezembro de 2014 e 2013
 Em milhares de Reais

Contingências Fiscais	54.642	32.286	86.928
Outras contas de provisão para passivos contingentes e fiscais	18.462	-	18.462
Tributos a recolher	32.622	-	32.622
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.108	12.666	19.774
Outros passivos	101.884	-	101.884
Patrimônio Líquido	1.147.178	18.998	1.166.176
Reservas de lucros	293.034	18.998	312.032
Outras contas do Patrimônio Líquido	854.144	-	854.144

Demonstração de Resultado

	Saldo Publicado	Ajuste	Saldo Reapresentado
Receitas de juros e similares	368.809	-	368.809
Despesas de juros e similares	(251.410)	-	(251.410)
Receita líquida de juros	117.399		117.399
Diversos – Atualização Monetária	846	6.762	7.608
Contingências	(20.992)	(2.652)	(23.644)
Outras contas de receita líquida de juros	(46.567)	-	(46.567)
Lucro operacional antes da tributação	70.832	4.110	74.942
Imposto de renda e contribuição social corrente	(29.585)	-	(29.585)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.889)	(1.644)	(5.533)
Lucro líquido do exercício	37.358	2.466	39.824

Demonstração de Fluxo de Caixa

	Saldo Publicado	Ajuste	Saldo Reapresentado
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)	598.599	-	598.599
Lucro líquido do exercício	37.358	2.466	39.824
Ajustes ao lucro líquido:	29.921	2.651	32.572
Provisão para passivos contingentes e fiscais	20.993	2.651	23.644
Outras contas de ajuste ao lucro líquido	8.928		8.928
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:	(695.482)	(63.950)	(759.432)
Outros ativos	(38.981)	(63.950)	(102.931)
Outras contas de (aumento)/redução de ativos operacionais	(656.501)	-	(656.501)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:	1.226.803	58.832	1.285.635
Outros passivos	39.142	58.832	97.974
Outras constas de (aumento)/redução) nos passivos operacionais	1.187.661	-	1.187.661

Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)	(22.667)	-	(22.667)
Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)	(2.886)	-	(2.886)
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	573.046		573.046
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.887.864	-	1.887.864
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.460.910	-	2.460.910

2 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regras de IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BR GAAP"), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado, estão demonstradas na Nota 35.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota 3.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) arredondados para o milhar mais próximo indicado.

2.2 Conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa são representados por operações compromissadas (posição bancada e financiada), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

Classificação e reconhecimento

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis, e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os juros dos ativos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas de juros e similares".

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Banco tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

(a) Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros" no período em que ocorrem.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. Os ativos classificados nesta categoria são registrados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao valor justo com as alterações no valor justo apresentadas na demonstração do resultado abrangente.

(c) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem as “Aplicações em operações compromissadas”, “Aplicações em depósitos interfinanceiros”, “Aplicações em moedas estrangeiras” e “Operações de crédito”.

São representados pelos recursos entregues para originar o empréstimo, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação menos as taxas recebidas. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos quaisquer reduções no valor recuperável. Os empréstimos são reconhecidos quando os recursos são liberados aos mutuários e baixados quando o direito de receber fluxos de caixa tenha expirado ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de sua titularidade.

2.5 Passivos financeiros

O Banco classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado e (b) ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Os passivos financeiros ao valor justo são passivos financeiros mantidos para negociação. Passivos financeiros são classificados nessa categoria quando são incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

As despesas de juros provenientes destes instrumentos são incluídas na demonstração do resultado na conta "Despesas de juros e similares".

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo do instrumento são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme descrito no item 2.10 desta nota explicativa), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

2.6 Instrumentos financeiros derivativos *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados pelos seus valores justos. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento

de proteção (*hedge accounting*).

Para a determinação do valor justo de derivativos, deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação.

Os derivativos são considerados ativos quando o valor justo for positivo, e passivos se este for negativo.

(a) Derivativos para negociação

Os derivativos que não se qualificam como *hedge accounting* são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

(b) Derivativos para proteção (*hedge accounting*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*.

O Banco adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como *hedge* de valor justo.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Banco aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxa de juros e variação cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido na demonstração do resultado como "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros", juntamente com a parcela inefetiva.

Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* é descontinuada, e o ajuste no valor contábil do item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas mensalmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 8.

2.7 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Um ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se houver o direito ou obrigatoriedade legal de compensar os montantes reconhecidos no balanço patrimonial e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia no mínimo a cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

Dentre as principais evidências objetivas de deterioração de um ativo financeiro ou de uma carteira gerando redução do valor recuperável estão:

- Dificuldade financeira significativa do devedor;
- Desempenho de negócios inconstantes com possibilidade de inadimplência no repagamento de principal ou pagamento de juros;
- Quebra de contrato;
- Problemas referentes às condições do empréstimo, para os quais as taxas de juros foram reduzidas ou proteladas;
- Atraso;
- Probabilidade crescente de o devedor entrar em falência ou recuperação judicial;
- O desaparecimento de um mercado ativo para títulos e valores mobiliários (TVM) devido a dificuldades financeiras.

O Banco avalia se a evidência objetiva de redução no valor recuperável existe individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Caso seja identificada evidência objetiva de redução no valor recuperável nos ativos não significativos, estes também serão analisados individualmente.

Se o Banco determinar que não existe qualquer evidência objetiva de redução no valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, o ativo será incluído em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado em conjunto a fim de determinar eventual redução em seu valor recuperável.

Os ativos que são avaliados individualmente quanto à redução no valor recuperável, e para os quais uma perda seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação conjunta para determinar uma eventual redução em seu valor recuperável.

Para os empréstimos e adiantamentos e para os ativos mantidos até o vencimento, o valor da perda por redução no valor recuperável é mensurada como sendo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. O montante da perda é reconhecido através de uma provisão, sendo incluído na demonstração do resultado.

Após a redução no valor recuperável, a receita financeira é reconhecida através da taxa de juros efetiva original, que é usada para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de calcular a perda no valor recuperável.

Análise Individual:

O Banco realiza análise individual para clientes significativos.

O Banco possui como critério de identificar clientes individualmente significativos aqueles que possuem exposição de ativos acima de R\$50.000.000,00 na data-base apurada. Caso haja evidências de perda, esta é mensurada através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações.

Análise Coletiva:

O Banco realiza análise coletiva de acordo com as características similares de risco de crédito, que são indicativos da capacidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais. O Banco considera os clientes classificados nos ratings considerados de alto risco, para cálculo da provisão coletiva por estes apresentarem um histórico de perda incorrida, e os correspondentes percentuais de provisão.

Quando irrecuperável, um empréstimo será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a conclusão de todos os procedimentos necessários e a determinação do montante da perda.

Se, em um período posterior, o montante da perda no valor recuperável diminuir e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será revertida através do ajuste na provisão. O montante da reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

2.9 Receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros que é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período apropriado. As taxas e os custos diretos relativos a concessão, refinanciamento ou reestruturação de empréstimos e compromissos de empréstimo são diferidos e amortizados contra juros recebidos em empréstimos e adiantamentos utilizando este método.

A receita líquida de juros apresentada na demonstração do resultado inclui:

- juros sobre ativos e passivos financeiros ao custo amortizado; e
- juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

2.10 Receita líquida de comissões e prestações de serviços

As receitas e despesas de taxas e comissões de um ativo ou passivo financeiro, que são adicionais e diretamente relacionadas à transação, são incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva.

As receitas de taxas e comissões que não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação, ou participação na negociação de uma transação com terceiros, tais como compensação de títulos ou a compra ou venda de negócios, são reconhecidas de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

2.11 Ativo imobilizado

Ativo imobilizado compreende, principalmente, edificações, terrenos, máquinas e equipamentos de uso, sistemas de processamento de dados, sistemas de transporte, sistemas de segurança e sistemas de comunicação. O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- . Edificações - 25 anos.
- . Máquinas e equipamentos de uso - 10 anos.
- . Sistemas de processamento de dados - 5 anos.
- . Sistemas de transporte - 5 anos.
- . Sistemas de segurança - 10 anos.
- . Sistemas de comunicação - 10 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável a cada data de balanço e sempre que os eventos indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeitos a amortização, esses ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

Em cada data de publicação, o Banco avalia a existência de qualquer indicação de redução no valor recuperável de seus ativos intangíveis e ativo imobilizado. Estes ativos são submetidos a testes para determinar qualquer redução no valor recuperável anualmente, ou com mais frequência caso

ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem perdas em seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

2.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "Despesas de juros e similares".

2.15 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de 12 meses, após o final do exercício em que os serviços foram prestados. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários, os quais são mensurados em bases não descontados e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

(b) Benefícios de aposentadoria

Estes são segregados em planos de contribuição definida e de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o Banco deve fazer aportes adicionais em caso de não haver recursos suficientes para pagar os participantes. Neste tipo de plano, há um valor definido de benefício que o empregado receberá em sua aposentadoria. Assim sendo, devem ser incluídas variáveis atuariais para calcular o valor a ser contabilizado.

O Banco é patrocinador da Previdã Sociedade de Previdência Privada ("Previdã"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência, contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Banco faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Banco (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o funcionário.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do

plano Previdada.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em Agosto 2013. Atualmente, o banco disponibiliza o plano de contribuição definida aos seus funcionários.

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Banco antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. É reconhecido nas demonstrações financeiras se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Banco disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios.

(d) Participação nos lucros

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (reconhecido como "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado). O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

2.16 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos ("impostos sobre a renda"). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os impostos sobre a renda são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto sobre a renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto sobre a renda diferido passivo for liquidado. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Banco nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual possam ser usadas diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais disponíveis para compensação com lucros de exercícios futuros são reconhecidos como um ativo quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usados esses prejuízos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados pelo custo. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

(c) Reservas

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social, com base nos resultados apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto social.

(d) Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se o lucro líquido do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

Não existem diferenças entre lucro por ação e lucro diluído por ação.

(e) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

2.18 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014 e não foram adotadas antecipadamente pelo Banco:

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Banco está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018.

• IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IFRS 15 substituiu a IAS 18, a IAS11, bem como as interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 19). Efetiva para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banco.

3 Usos de premissas, estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados pela administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

(a) Mensuração do valor recuperável

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não mensurados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração, a política contábil do Banco para perdas pela redução ao valor recuperável está descrita na nota explicativa (2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros) e (2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis).

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse

preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo dos instrumentos financeiros da entidade é descrita em detalhes na Nota 18.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

Maiores detalhes são divulgados na Nota 2.16.

(d) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(e) Obrigações com benefícios de aposentadoria

Os planos de benefício definido são mensurados por cálculos atuariais, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto, o índice de mortalidade e o retorno do investimento. O retorno sobre os ativos representa a média dos retornos esperados ponderados por classe de ativos. Os retornos sobre investimento em ações são baseados nos rendimentos de títulos do governo com um prêmio para refletir o retorno adicional esperado em investimentos em ações. Os índices de inflação selecionados têm por base a meta de inflação do Banco Central do Brasil.

As premissas relativas à mortalidade são baseadas nas tábuas adotadas como padrão pelo respectivo setor e adotadas em nível nacional. As taxas de desconto se baseiam em índices específicos de títulos corporativos que refletem a curva de rendimentos inerente a cada plano. A estimativa do índice de aumento salarial futuro está sujeita ao julgamento da administração. Todas as premissas são imparciais, compatíveis mutuamente e baseadas em expectativas de mercado, a política contábil que descreve esta estimativa esta descrita na nota explicativa 2.15.

4 Gestão de riscos financeiros

4.1 Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende:

- . O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- . O risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do país, decorrentes de alterações no desenvolvimento político, econômico ou social do país, bem como o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos; em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte;
- . A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- . A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco em 31 de dezembro 2014 e de 2013, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

	Exposição máxima	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial é a seguinte		
Títulos e valores mobiliários	2.059.937	1.191.187
Instrumentos financeiros derivativos	56.936	12.959
Aplicações em operações compromissadas	2.863.167	2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.486	55.469
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	62.978
Operações de crédito	<u>1.680.748</u>	<u>1.301.690</u>
	<u>6.721.673</u>	<u>5.014.425</u>
Garantias prestadas- avais e fianças (<i>off balance</i>)	<u>268.746</u>	<u>201.611</u>
Total da exposição ao risco de crédito incluindo as garantias prestadas	<u>6.990.419</u>	<u>5.216.036</u>

4.1.1 Mensuração do risco de crédito

(a) Empréstimos e recebíveis

O Banco tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

Os clientes possuem classificação de risco (*rating*) e limites de crédito previamente aprovados, baseados em critérios de análise de crédito próprios da instituição, e também pela necessidade indicada pelo cliente, porém, levando sempre em consideração a capacidade de repagamento a partir da análise da situação econômico-financeira do cliente.

Neste âmbito são aplicadas as mais diversas técnicas de análise de crédito, sempre considerando a capacidade de geração de resultados, capacidade de geração de caixa através da análise do fluxo de caixa, grau de endividamento, setor de atividade econômica, garantias, natureza do crédito e qualidade de governança da administração.

A documentação é submetida à aprovação do Diretor do Risco de Crédito e Presidência.

Em razão do foco de negócio do Banco, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.

A área de Risco de Crédito é responsável por monitorar informações sobre setores e/ou contrapartes específicas com o intuito de identificar informações que possam antecipar potencial deterioração na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações. Tal acompanhamento é realizado através de diversas ferramentas e canais de informações disponibilizados pelo Banco, os quais o permite analisar diferentes aspectos e tendências dos setores ou indústrias.

O monitoramento abrange uma série de métricas financeiras da contraparte em relação à fluxo de caixa, faturamento, crescimento, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ("EBITDA"), alavancagem, dentre outras.

(b) Classificações internas

<u>Nível de risco</u>	<u>Definições</u>
Baixo risco	O pagamento da dívida é altamente certo e estável.
Médio risco	Não há problemas referentes à certeza de repagamento da dívida, mas existe possibilidade de que a credibilidade caia no longo prazo.
Alto risco	Tomadores que devem ser monitorados com cuidado devido ao desempenho de negócios e condições financeiras que apresentam risco com relação ao repagamento da dívida.

4.1.2 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão resumidos abaixo:

	31 de dezembro de 2014			
	Não vencidos e sem evento de perda	Vencidos e sem evento de perda (*)	Com evento de perda	Total
Títulos e valores mobiliários	2.059.937	-	-	2.059.937
Instrumentos financeiros derivativos	56.936	-	-	56.936
Aplicações em operações compromissadas	2.863.167	-	-	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.486	-	-	40.486
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	-	-	20.399
Operações de crédito	1.680.748	-	-	1.680.748
	<u>6.721.673</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.721.673</u>
	31 de dezembro de 2013			
	Não vencidos e sem evento de perda	Vencidos e sem evento de perda (*)	Com evento de perda	Total
Títulos e valores mobiliários	1.191.187	-	-	1.191.187
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	-	-	12.959
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	-	-	2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	-	-	55.469
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	-	-	62.978
Operações de crédito	1.301.689	1	-	1.301.690
	<u>5.014.424</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>5.014.425</u>

(*) Todas as operações estão vencidas há menos de 90 dias, conforme demonstrado na Nota 10, sem evidência objetiva de impairment.

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco.

	31 de dezembro de 2014			
	Baixo risco	Médio risco	Alto risco	Total
Títulos e valores mobiliários	2.059.937	-	-	2.059.937
Instrumentos financeiros derivativos	14.540	38.626	3.770	56.936
Aplicações em operações compromissadas	2.503.168	359.999	-	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	40.486	-	40.486
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	-	-	20.399
Operações de crédito	547.476	1.072.381	60.891	1.680.748
	<u>5.145.520</u>	<u>1.511.492</u>	<u>64.661</u>	<u>6.721.673</u>

31 de dezembro de 2013

	Baixo risco	Médio risco	Alto risco	Total
Titulos e valores mobiliários	1.191.187	-	-	1.191.187
Instrumentos financeiros derivativos	9.455	3.489	15	12.959
Aplicações em operações compromissadas	2.389.743	399	-	2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.825	3.644	-	55.469
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	-	-	62.978
Operações de crédito	289.599	957.143	54.948	1.301.690
	<u>3.994.787</u>	<u>964.675</u>	<u>54.963</u>	<u>5.014.425</u>

4.2 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de perda decorrente da oscilação de preços de ativos e passivos resultantes das mudanças dos fatores de risco de mercado, como taxa de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e seus aditivos são aprovados pela Diretoria do Banco.

A Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado é revisada com periodicidade mínima anual, a fim de determinar sua compatibilidade com os objetivos do Banco e com as condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM (*Asset Liability Management Committee*) onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de mercado e de liquidez. Nas reuniões do Comitê de ALM são apresentados os principais tópicos relacionados ao risco de mercado, tais como o Value at Risk ("valor em risco" ou "VaR") total e por fator de risco, simulações de condições extremas dos fatores de risco de mercado (testes de estresse) além da avaliação da condição de liquidez do Banco, , estratégias de *hedge*, *trading* e investimento.

Integram o Comitê de ALM: a presidência, departamento de Planejamento, departamento Risk Management - Grupo Market Risk Control ("DRM - GMRC"), Tesouraria e o departamento de Pesquisa Econômica.

Os limites de risco são analisados de acordo com os seguintes critérios:

- . Appetite de risco do Banco
- . Atividades passadas, correntes e planejadas
- . Concentração de risco por atividade e mercado
- . Capital disponível
- . Resultados passados, metas e projetados
- . Liquidez de mercado
- . Capacidade operacional e de controle
- . Confiança, conhecimento e capacidade dos operadores
- . Exposição dentro dos limites operacionais estabelecidos pelas regras do Banco Central do Brasil ("Banco Central").

4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

O Banco utiliza os seguintes tipos básicos de limites de risco:

- Limite de VaR - o valor em risco indica o valor máximo de perda de uma carteira a que o Banco está sujeito no curso de seus negócios, considerando determinado intervalo de confiança estatístico. A medida efetiva do valor em risco depende do período de tempo considerado. Assim, o VaR de um dia corresponde ao valor máximo de eventuais perdas para um determinado dia de negócios.

Value at Risk (VaR)

- Fator de confiança - 97,7%
- Horizonte de tempo - cinco dias

BRL		31 de dezembro de 2014				
Book	FX risk	VaR por fator de risco				VaR Total
		Reais	Dólares	Euros	Ienes	
Banking	130.179	42.272	11.213	1	155	116.069
Trading	70.860	19.354	352.242	124.254	222.496	217.059
Total	200.454	51.056	360.079	124.254	222.452	219.392

BRL		31 de dezembro de 2013				
Book	FX risk	VaR por fator de risco				VaR Total
		Reais	Dólares	Euros	Ienes	
Banking	272.317	115.356	42.726	365	-	320.908
Trading	89.347	61.588	201.830	76.484	17.786	394.344
Total	359.326	142.334	241.595	76.254	17.786	648.180

- Limites de sensibilidade - indicador que permite ao operador avaliar rapidamente a variação do valor de uma carteira, quando ocorrer variação de um basis point (0,01%) ao longo da curva de juros. Os valores abaixo em questão referem-se ao conjunto de estratégias dos Portfólios de Trading and Banking Book, e tratam-se do pior caso. Os cenários utilizados como referência das simulações são da BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros e, a mesma, sofreu uma alteração de metodologia de 2013 para 2014.

2014 – (R\$ 9.265.465,85)
 2013 – (R\$ 930.717,32)

- . Valores *notional* - limita concentrações excessivas em determinados ativos/vencimentos, de forma a não comprometer a liquidez dos portfólios.
- . Limites de perdas ("*stop loss*") - corresponde a tolerância máxima de perdas (líquidas), acumuladas ao longo de um semestre fiscal (japonês). Deve ser estabelecido também um *stop loss* diário, para cada carteira/operador.
- . *Consultant Limit (60% loss cut limit)* - tem o objetivo alertar a Tesouraria, bem como definir estratégias de contenção.
- . *Net short position* - limite que representa o valor líquido (compras x vendas) de exposição em moeda estrangeira, sempre o equivalente em dólares.

Os principais fatores de riscos monitorados são:

- . Risco cambial
- . Risco de taxa de juros prefixada
- . Risco de cupom de índices de inflação
- . Risco de cupom de moedas
- . Risco de ações
- . Risco de *commodities*
- . Risco de volatilidade

O Banco Central estabelece exigência de capital sobre risco de mercado de acordo com as regras estabelecidas nas Circulares 3.361, 3.362; onde:

- . PJur1: Parcela referente ao fator de risco de mercado de taxa de juros pré-fixadas denominadas em reais da carteira de negociação;
- . PJur2: parcela referente ao fator de risco de mercado de cupom de moeda estrangeira da carteira de negociação.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Taxa de juros		
PJur1 – pré-fixado	895	1.467
PJur2 – cupom de moeda	104.052	58.487
PJur3 – cupom de índices de preços	222	-
PJur4 – cupom de juros	-	-
Taxa de câmbio		
Exposição comprada a taxa de juros	19.462	-

4.3 Risco de liquidez

Por ser o risco de liquidez um risco inerente às suas atividades de negócios, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações e complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a este risco.

O risco de liquidez pode ser definido como:

- (i) o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de liquidez.

As atividades relacionadas gerenciamento de risco de liquidez envolvem:

- . avaliação diária do nível de liquidez do Banco;
- . projeção do fluxo de caixa e da evolução da liquidez;
- . avaliação mensal da liquidez do Banco em cenários de *stress* de liquidez;
- . avaliação do impacto do resultado dos testes de *stress* sobre o balanço do Banco, bem como as contramedidas necessárias em cada um dos cenários avaliados;
- . avaliação do grau de concentração das carteiras de empréstimos e depósitos;
- . acompanhamento dos *guidelines* de liquidez;
- . elaboração da Política de Gerenciamento de Liquidez;
- . elaboração do Plano de Contingência de Liquidez;
- . reporte mensal ao Banco Central do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL);
- . avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos.

Os indicadores e cenários de *stress* são revistos semestralmente.

Para a realização dos testes de *stress* de liquidez das posições do Banco são considerados três cenários:

- . Cenário 1 - crise de *funding* de liquidez da instituição (rebaixamento de *rating* de crédito em dois níveis);
- . Cenário 2 - crise de *funding* de liquidez de forma generalizada no mercado;
- . Cenário 3 - combinação dos Cenários 1 e 2.

4.3.1 Processo de gestão do risco de liquidez

A Política Básica de Gestão do Risco de Liquidez segue os chamados Estágios de Exposição.

Estes estágios estão relacionados ao grau de dificuldade na obtenção de *funding*. Quando o estágio se

eleva, as divisões relacionadas da Matriz devem cooperar tanto quanto possível para a redução do risco de liquidez de *funding* da Matriz e do Grupo.

São três os *status* dos estágios de liquidez que devem ser utilizados por todo o Grupo: (i) "normal", (ii) "preocupante" e (iii) "crise".

A alteração do estágio de liquidez é consequência do diagnóstico realizado pela Tesouraria ou DRM - GMRC, devido à condição corrente no mercado de *funding* ou por constatação pelo DRM - GMRC em relação à condição de liquidez do Banco.

O Banco utiliza-se também de um indicador de liquidez mínima. A liquidez mínima é um *guideline* parametrizado e reavaliado periodicamente pelo DRM - GMRC e é submetido à aprovação da Presidência. O *guideline* tem o seu acompanhamento diário efetuado através do relatório de controle de liquidez.

O plano de contingência do Banco pode ser acionado após análise de diversos fatores que em conjunto podem requerer medida preventiva e/ou corretiva tais como:

- . liquidez imediata abaixo da liquidez mínima;
- . estágio de liquidez global alterado pela Matriz;
- . custo de captação elevado substancialmente;
- . alteração de classificação de risco *rating*;
- . distúrbio no mercado local ou global;
- . dificuldade de captação;
- . projeção de baixa liquidez no futuro.

4.3.2 Fluxos de caixa para instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Nos casos em que a contraparte de um passivo tem o direito de requerer o pagamento imediatamente, os saldos se apresentam com vencimento em "Até três meses".



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
 Demonstrações Financeiras de
 31 de dezembro de 2014 e 2013
 Em milhares de Reais

	31 de dezembro de 2014					
	Até três meses	Três meses - um ano	Um - três anos	Três - cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	-	-	2.570	-	-	2.570
Ativos financeiros disponíveis para venda	499.781	1.250.836	306.750	-	-	2.057.367
Instrumentos financeiros derivativos	5.479	30.297	8.427	12.324	409	56.936
Aplicações em operações compromissadas	2.866.903	-	-	-	-	2.866.903
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.526	29.522	3.072	-	-	43.120
Aplicações em moedas estrangeiras	12.730	7.678	-	-	-	20.408
Operações de crédito	684.070	871.856	215.527	10.754	2.031	1.784.238
Total de ativo (vencimentos contratuais)	4.079.489	2.190.189	536.346	23.078	2.440	6.831.542
Depósitos à vista	143.748	-	-	-	-	143.748
Depósitos a prazo	1.512.898	-	-	-	-	1.512.898
Captações no mercado aberto	238.634	-	-	-	-	238.634
Obrigações por empréstimos e repasses	999.548	1.789.388	856.292	10.544	2.022	3.657.794
Instrumentos financeiros derivativos	22.920	77.560	298.649	185.673	10.798	595.600
Total de passivo (vencimentos contratuais)	2.917.748	1.866.948	1.154.941	196.217	12.820	6.148.674
	31 de dezembro de 2013					
	Até três meses	Três meses - um ano	Um - três anos	Três - cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	-	-	50.351	-	-	50.351
Ativos financeiros disponíveis para venda	299.803	622.817	218.216	-	-	1.140.836
Instrumentos financeiros derivativos	669	3.022	49	7.470	1.749	12.959
Aplicações em operações compromissadas	2.392.936	-	-	-	-	2.392.936
Aplicações em depósitos interfinanceiros	52.798	2.966	-	-	-	55.764
Aplicações em moedas estrangeiras	63.493	-	-	-	-	63.493
Operações de crédito	423.402	841.862	51.587	27.673	2.064	1.346.588
Total de ativo (vencimentos contratuais)	3.233.101	1.470.667	320.203	35.143	3.813	5.062.927
Depósitos à vista	149.849	-	-	-	-	149.849
Depósitos a prazo	2.090.116	-	-	-	-	2.090.116
Captações no mercado aberto	148.565	-	-	-	-	148.565
Obrigações por empréstimos e repasses	187.638	1.076.654	151.934	87.720	2.039	1.505.985
Instrumentos financeiros derivativos	9.293	71.624	102.720	84.954	-	268.591
Total de passivo (vencimentos contratuais)	2.585.461	1.148.278	254.654	172.674	2.039	4.163.106

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários; empréstimos e adiantamentos. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e valores mobiliários e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.3.3 Apresentação dos saldos de ativos e passivos circulantes e não circulantes

A tabela a seguir apresenta o montante esperado a ser recuperado ou liquidado em até doze meses ou mais do que doze meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial:

Ativo	31 dez 2014	Circulante	Não Circulante	31 dez 2013	Circulante	Não Circulante
Caixa e reserva em Banco Central	502.956	502.956	-	73.834	73.834	-
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	59.506	35.776	23.730	63.310	54.028	9.282
Títulos e valores mobiliários	2.570	-	2.570	50.351	50.351	-
Instrumentos financeiros derivativos	56.936	35.776	21.160	12.959	3.677	9.282
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.057.367	1.750.617	306.750	1.140.836	922.621	218.215
Títulos e valores mobiliários	2.057.367	1.750.617	306.750	1.140.836	922.621	218.215
Empréstimos e recebíveis	4.584.622	4.355.828	228.794	3.804.898	3.727.306	77.592
Aplicações em operações compromissadas	2.863.167	2.863.167	-	2.390.142	2.390.142	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.486	37.805	2.681	55.469	55.469	-
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	20.399	-	62.978	62.978	-
Operações de crédito	1.680.748	1.454.628	226.120	1.301.690	1.224.098	77.592
Provisão para redução ao valor recuperável	(20.178)	(20.171)	(7)	(5.381)	(5.381)	-
Ativo imobilizado	34.694	-	34.694	31.356	-	31.356
Ativos intangíveis	24.024	-	24.024	23.802	-	23.802
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	328.315	112.824	215.491	242.669	51.502	191.167
Total do Ativo	7.591.484	6.758.001	833.483	5.380.705	4.829.291	551.414

Passivo	31 dez 2014	Circulante	Não Circulante	31 dez 2013	Circulante	Não Circulante
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	2.441.550	1.262.734	1.178.816	1.022.796	717.546	305.250
Instrumentos financeiros derivativos	595.600	100.480	495.120	268.591	80.918	187.673
Obrigações por empréstimos no exterior	1.845.950	1.162.254	683.696	754.205	636.628	117.577
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.478.172	3.308.697	169.475	2.932.063	2.811.699	120.364
Depósitos de clientes	1.460.288	1.460.288	-	2.039.647	2.039.647	-
Depósitos de instituições financeiras	209	209	-	57	57	-
Captações no mercado aberto	238.530	238.530	-	148.510	148.510	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1.779.145	1.609.670	169.475	743.849	623.485	120.364
Provisão para passivos contingentes e fiscais	122.590	-	122.590	105.390	-	105.390
Tributos a recolher	50.419	-	50.419	32.622	-	32.622
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.761	-	11.761	19.774	-	19.774
Outros passivos	282.645	282.645	-	101.884	101.352	532
Total do passivo	6.387.137	4.854.076	1.533.061	4.214.529	3.630.597	583.932

4.4 Risco operacional

O Banco define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por um departamento independente da área de negócios - departamento Risk Management - Grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, o Banco vem aprimorando suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenhando na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e com os gerentes dos departamentos, em todos os níveis da organização que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e

mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado onde são contemplados os riscos inerentes aos processos.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas por outros departamentos, tais como: Riscos Legais; Gerenciamento de Contratos de Terceiros; Conformidade às Normas e Regulamentos; Combate à Lavagem de Dinheiro; Práticas Inadequadas a Clientes, Produtos e Serviços e Ativos Tangíveis.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o Banco vem identificando os eventos de perdas relativos aos riscos, padronizando as informações e formando uma base de dados de perdas operacionais, conforme determinação do acionista controlador (Matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e estabelecidos planos de ação, como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

4.5 Gestão de capital

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê da Basileia, na forma implementada pelo Banco Central, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco está dividido em dois níveis:

- Patrimônio de referência nível 1: capital social, ações em tesouraria, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação de lucros acumulados. O valor contábil do ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda é reclassificado para o nível II e parte dos ativos imobilizado e intangível é deduzida do Nível 1.
- Patrimônio de referência nível 2: ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativos e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados.

O Risco Operacional foi calculado pelo método da Abordagem de Indicador Básico, cuja referência de exposição ao risco operacional corresponde a 15% para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Capital de nível 1		
Capital social	853.071	853.071
Ações em tesouraria	(4.040)	(3.907)
Reservas de capital	5.103	5.103



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
 Demonstrações Financeiras de
 31 de dezembro de 2014 e 2013
 Em milhares de Reais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Reservas de lucro	340.826	285.280
Ativo diferido	(24)	(63)
Ativo intangível	(1.759)	-
Total de capital qualificado para nível 1	1.193.177	1.139.484
Capital de nível 2		
Ajustes de avaliação patrimonial - ativos financeiros disponíveis para venda	(356)	(124)
Total de capital qualificado para nível 2	(356)	(124)
Patrimônio de referência	1.192.821	1.139.360
Risco de crédito	2.481.759	1.700.433
Risco de Mercado	1.026.849	545.038
Risco operacional	286.485	201.520
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	3.795.093	2.446.991
Patrimônio de referência exigido (11%)	417.460	269.169
Índice de Basileia	31,43%	46,56%

5 Caixa, equivalentes de caixa e reserva em Banco Central

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa	428.141	7.790
Caixa em moeda nacional	185	115
Caixa em moeda estrangeira	427.956	7.675
Equivalentes de caixa	2.888.580	2.453.120
Operações compromissadas	2.863.167	2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.014	-
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	62.978
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.316.721	2.460.910
Reserva em Banco Central	74.815	66.044

6 Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Títulos e valores mobiliários

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Títulos públicos federais		
Letras do Tesouro Nacional	-	50.351
Notas do Tesouro Nacional	2.570	-
	<u>2.570</u>	<u>50.351</u>

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição, e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua.

O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

As principais curvas de taxas de juros são extraídas dos futuros e *swaps* negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

As posições ativas e passivas em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

a)	<u>Valor referencial</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Contratos de futuros				
Instrumento de <i>hedge</i>	5.301.156	1.313.325	-	-
Não instrumento de <i>hedge</i>	9.820.157	4.636.657	-	-
Contratos de swap				
Instrumento de <i>hedge</i>	151.749	669.143	(68.279)	(1.036)

Não instrumento de <i>hedge</i>	6.674.751	3.120.336	(489.069)	(239.153)
Operações a termo	<u>1.020.258</u>	<u>367.277</u>	<u>18.684</u>	<u>(15.443)</u>
Total de ativos financeiros	<u><u>22.968.071</u></u>	<u><u>10.106.738</u></u>	<u><u>(538.664)</u></u>	<u><u>(255.632)</u></u>

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos:

b)	<u>31 de dezembro de 2014</u>		<u>31 de dezembro de 2013</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Contratos de Swap	21.217	(578.565)	9.942	(250.130)
Operações a Termo	<u>35.719</u>	<u>(17.035)</u>	<u>3.017</u>	<u>(18.461)</u>
	<u><u>56.936</u></u>	<u><u>(595.600)</u></u>	<u><u>12.959</u></u>	<u><u>(268.591)</u></u>

8 *Hedge accounting*

O Banco possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge* de valor justo.

Os objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

Nossas estratégias de *hedge* visam proteger o Banco contra (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o Banco mensura a efetividade das estratégias de *hedge* prospectivamente (efetividade esperada), e retrospectivamente (efetividade observada desde o início da operação).

Teste prospectivo: Critical Terms (termos críticos) ou Regressão Linear

- Termos críticos: avaliação qualitativa utilizada se os termos do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* coincidirem exatamente. Se os valores nocionais, termos, datas, moedas do “Valor Justo” coincidirem, então a estratégia de *hedge* será perfeitamente efetiva;
- Regressão linear: técnica estatística que utiliza informações históricas para prever o valor de uma variável (objeto de *hedge*) e o impacto na outra variável (instrumento de *hedge*). Se a relação for alta e negativamente correlacionada, a estratégia de *hedge* pode ser considerada altamente efetiva.

- Teste retrospectivo: Dollar Offset (análise de rateio)

O teste retrospectivo é realizado a cada data de fechamento contábil. Para não haver a descaracterização do *hedge*, as variações no valor justo do instrumento de *hedge* comparadas às variações no valor justo do

objeto de hedge devem resultar em uma proporção entre 80% e 125%, acumulada desde o início do hedge.

Nenhum relacionamento de *hedge* foi descontinuado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Hedge de valor justo

Instrumento/operação	2014		2013	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de <i>hedge</i> de valor justo	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de <i>hedge</i> de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	1.761.567	(1.242.269)	700.897	(611.877)
Valor justo do objeto de hedge	(1.827.638)	1.503.313	(700.430)	611.450
Valor MtM 1º dia diferido	(18.312)	-	(6.747)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de <i>hedge</i>	122.863	52.489	85.903	(24.678)
Ganho (perda) referente ao objeto de <i>hedge</i>	(134.007)	52.382	(85.910)	25.260

As estratégias de hedge apresentaram a taxa de efetividade entre 99,89 e 99,70 em 31/Dez/2014 (97,57 e 99,99 em 31/Dez/2013).

9 Ativos financeiros disponíveis para venda

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	136.695	136.696	1
Nota do Tesouro Nacional	8.679	10.012	1.333	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional						
Objeto de hedge (*)	1.507.932	1.503.313	(4.619)	615.413	611.450	(3.963)

Não objeto de hedge	<u>544.556</u>	<u>544.042</u>	<u>(514)</u>	<u>392.897</u>	<u>392.690</u>	<u>(207)</u>
	<u>2.061.167</u>	<u>2.057.367</u>	<u>(3.800)</u>	<u>1.145.005</u>	<u>1.140.836</u>	<u>(4.169)</u>

O ajuste a valor justo de títulos disponíveis para a venda é contabilizado em “Ajustes de avaliação patrimonial” líquidos de efeito fiscal (40%). O ajuste no exercício foi de R\$ (232) em 31 de dezembro de 2014 (R\$ (380) em 31 de dezembro de 2013).

(*) O ajuste a valor justo das Letras do Tesouro Nacional que são objeto de hedge está contabilizado em “Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros” no resultado do exercício. Vide Nota 25 (b).

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública (vide Nota 12).

10 Operações de crédito

(i) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por tipo e vencimento:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Capital de giro	469.804	447.740
Adiantamento a depositante	-	237
Conta garantida	64.589	78.612
Repasses de captação externa	19.285	210.524
Financiamentos BNDES/FINAME	192.762	63.178
Financiamento à importação	2.250	18.756
Financiamento rural e agroindustriais	20.324	6.001
Financiamento à exportação	119.043	128.204
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	<u>792.691</u>	<u>348.438</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.680.748</u>	<u>1.301.690</u>
Por vencimento		
Vencidas até 66 dias	-	1
A vencer 1 a 90 dias	627.882	448.243
A vencer 91 a 180 dias	241.414	178.221
A vencer 181 a 365 dias	585.428	597.633
A vencer acima de 365 dias	<u>226.024</u>	<u>77.592</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.680.748</u>	<u>1.301.690</u>
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>(20.178)</u>	<u>(5.381)</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.660.570</u>	<u>1.296.309</u>

- (ii) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por setor de atividade econômica dos tomadores de crédito:

Setor de atividade	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Comércio	393.490	324.153
Alimentos e Bebidas	242.899	47.659
Máquinas e Equipamentos	191.574	103.959
Químico e Petroquímico	185.509	139.442
Siderurgia e Metalurgia	169.031	150.046
Automotivo	161.017	150.819
Papel e Celulose	117.359	-
Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	81.882	-
Eletrônicos	61.253	106.150
Agropecuário	22.091	12.103
Transportes	21.393	25.495
Têxtil e Confecções	16.660	10.157
Serviços Privados	5.735	3.454
Pessoa Física	21	12
Financeiro	-	193.455
Petróleo e Gás Natural	-	31.271
Outros	10.834	3.515
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perdas por redução ao valor recuperável	1.680.748	1.301.690

11 Provisão para redução ao valor recuperável sobre Operações de Crédito

O Banco avalia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos (conforme descrito na Nota 2.8).

O Banco não possui evidências de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros individualmente significativos em 31 de dezembro 2014 e 31 de dezembro 2013.

Com relação aos clientes não individualmente significativos, o saldo da provisão é de R\$ 20.178 mil em 31 de dezembro 2014 (R\$ 5.381 mil em 31 de dezembro 2013).

As variações na provisão para redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Operações de crédito" são as seguintes:



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de Reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		
Saldo inicial em 1º de janeiro	(5.381)	(4.266)
Constituição	(20.178)	(5.381)
Baixa contra o resultado do exercício	-	-
Recuperações de créditos baixados para prejuízo	-	-
Reversão	5.381	4.266
	<u>5.381</u>	<u>4.266</u>
Saldo final em 31 de dezembro	<u>(20.178)</u>	<u>(5.381)</u>

12 Ativos dados em garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordados com outros bancos ou clientes ("Aplicações em operações compromissadas") e para os depósitos de margem de garantia das operações do Banco na BM&FBOVESPA correspondem a:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Aplicações em operações compromissadas	239.140	148.505
Margem para operações de BM&F	1.445.591	924.432
	<u>1.684.731</u>	<u>1.072.937</u>

13 Outros ativos

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Depósitos judiciais	187.327	172.150
Carteira de câmbio	73.889	18.358
Negociação e intermediação de valores	34.798	26.256
Despesas antecipadas	3.149	1.362
Rendas a receber	1.122	4.516
Relações interfinanceiras	355	836
Outros ativos	185	276
Impostos e contribuições a compensar	27.490	18.915
	<u>328.315</u>	<u>242.669</u>

14 Ativo imobilizado

	Edificações	Terrenos	Máquinas e equipamentos de uso	Sistema de processamento de dados	Sistema de transporte	Sistema de segurança	Sistema de comunicação	Total
Em 31 de dezembro de 2012								
Custo de aquisição	20.915	1.416	4.737	6.574	1.075	1.024	1.326	37.067
Depreciação acumulada	(8.413)	-	(1.118)	(3.216)	(374)	(268)	(390)	(13.779)
Valor contábil líquido	<u>12.502</u>	<u>1.416</u>	<u>3.619</u>	<u>3.358</u>	<u>701</u>	<u>756</u>	<u>936</u>	<u>23.288</u>
Adições	7.350	-	2.565	251	-	1.926	11	12.103
Baixas	-	-	(361)	(131)	-	(12)	(40)	(544)
Depreciação no exercício	(2.105)	-	(487)	(723)	(214)	(148)	(245)	(3.922)
Baixa da depreciação	-	-	260	122	-	10	39	431
Em 31 de dezembro de 2013	<u>17.747</u>	<u>1.416</u>	<u>5.596</u>	<u>2.877</u>	<u>487</u>	<u>2.532</u>	<u>701</u>	<u>31.356</u>
Em 31 de dezembro de 2013								
Custo de aquisição	28.265	1.416	6.941	6.694	1.075	2.938	1.297	48.626
Depreciação acumulada	(10.518)	-	(1.345)	(3.817)	(588)	(406)	(596)	(17.270)
Valor contábil líquido	<u>17.747</u>	<u>1.416</u>	<u>5.596</u>	<u>2.877</u>	<u>487</u>	<u>2.532</u>	<u>701</u>	<u>31.356</u>
Adições	1.724	-	499	6.071	-	345	23	8.662
Baixas	(8)	-	(76)	(731)	-	(1)	(81)	(897)
Depreciação no exercício	(2.577)	-	(652)	(1.262)	(179)	(307)	(246)	(5.223)
Baixa da depreciação	-	-	75	644	-	2	75	796
Em 31 de dezembro de 2014	<u>16.886</u>	<u>1.416</u>	<u>5.442</u>	<u>7.599</u>	<u>308</u>	<u>2.571</u>	<u>472</u>	<u>34.694</u>
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo de aquisição	29.981	1.416	7.364	12.034	1.075	3.282	1.239	56.391
Depreciação acumulada	(13.095)	-	(1.922)	(4.435)	(767)	(711)	(767)	(21.697)
Valor contábil líquido	<u>16.886</u>	<u>1.416</u>	<u>5.442</u>	<u>7.599</u>	<u>308</u>	<u>2.571</u>	<u>472</u>	<u>34.694</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo imobilizado em nenhum dos exercícios apresentados.

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15 Ativos intangíveis

	Gastos com aquisições e desenvolvimento de sistemas	Ativos intangíveis em desenvolvimento	Direitos de uso	Total
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo de aquisição	23.117	5.518	18	28.653
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(11.620)	-	(18)	(11.638)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>11.497</u>	<u>5.518</u>	<u>-</u>	<u>17.015</u>
Adições	1.524	20.584	-	22.108
Baixas	-	(11.430)	-	(11.430)
Amortização no exercício	(3.891)	-	-	(3.891)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>9.130</u>	<u>14.672</u>	<u>-</u>	<u>23.802</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo de aquisição	24.641	14.672	18	39.331
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(15.511)	-	(18)	(15.529)
	<u>9.130</u>	<u>14.672</u>	<u>-</u>	<u>23.802</u>
Adições	9.114	12.247	-	21.361
Baixas	-	(17.287)	-	(17.287)
Amortização no exercício	(3.852)	-	-	(3.852)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>14.392</u>	<u>9.632</u>	<u>-</u>	<u>24.024</u>
Em 31 de dezembro de 2014				
Custo de aquisição	33.755	9.632	18	43.405
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(19.363)	-	(18)	(19.381)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>14.392</u>	<u>9.632</u>	<u>-</u>	<u>24.024</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo intangível em nenhum dos exercícios apresentados.

16 Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Estão classificados nesta categoria Instrumentos financeiros derivativos (vide Nota 7) e Obrigações por empréstimos que o Banco designou como objeto de hedge (vide Nota 8).

17 Passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Depósitos de clientes		
Depósitos à vista	143.539	149.793
Depósitos a prazo	1.316.749	1.889.854
Depósitos de instituições financeiras		
Depósitos à vista	209	57
Captações no mercado aberto	238.530	148.510
Empréstimos no exterior	1.377.474	337.912
Repasses no País	212.600	68.993
Repastes no exterior	189.071	336.944
	<u>3.478.172</u>	<u>2.932.063</u>

Os depósitos a prazo referem-se a cédulas de depósito bancário com vencimento até agosto de 2019.

As obrigações por empréstimo e repastes referem-se a captações em moeda estrangeira com a Matriz para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até janeiro de 2016, e para repastes a clientes locais na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até junho de 2018 e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de *spread*.

18 Valor justo de ativos e passivos financeiros
(a) Instrumentos financeiros ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados em dados de mercado observáveis, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e ANBIMA.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, são utilizados inputs significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados valor justo através do resultado classificados pelos níveis hierárquicos:

Todos os ativos e passivos financeiros foram mensurados através do Nível 2.

	Nível 2	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Títulos e valores mobiliários	2.570	50.351
Instrumentos financeiros derivativos	56.936	12.959
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	<u>2.057.367</u>	<u>1.140.836</u>
Total	<u>2.116.873</u>	<u>1.204.146</u>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	595.600	268.591
Obrigações por empréstimos no exterior	<u>1.845.950</u>	<u>754.205</u>
Total	<u>2.441.550</u>	<u>1.022.796</u>

Durante os períodos apresentados não houve transferências entre níveis da hierarquia do valor justo.

(b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são reconhecidos no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos e recebíveis				
Aplicações em operações compromissadas	2.863.167	2.390.142	2.863.167	2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.486	55.469	40.580	55.454
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	62.978	20.397	63.492
Operações de crédito	<u>1.680.748</u>	<u>1.301.690</u>	<u>1.716.194</u>	<u>1.316.249</u>
Total de ativos financeiros	<u>4.604.800</u>	<u>3.810.279</u>	<u>4.640.338</u>	<u>3.825.337</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos à vista	143.748	149.849	143.748	149.849
Depósitos a prazo	1.316.749	1.889.855	1.315.405	1.887.794
Captações no mercado aberto	238.530	148.510	238.530	148.510
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>1.779.145</u>	<u>743.849</u>	<u>1.756.613</u>	<u>783.604</u>
Total de passivos financeiros	<u>3.478.172</u>	<u>2.932.063</u>	<u>3.454.296</u>	<u>2.969.757</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros são calculados mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

19 Provisão para passivos contingentes e fiscais

As provisões para passivos contingentes (trabalhistas e cíveis) e riscos fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Provisão para passivos contingentes e fiscais", quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros ativos".

(a) Provisão de riscos fiscais e passivos contingentes

Provisão de Riscos Fiscais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisão para Riscos Fiscais	98.698	86.928
	<u>98.698</u>	<u>86.928</u>

Provisão de passivos contingentes

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contingências trabalhistas	5.307	7.088
Contingências cíveis	13.249	11.374
Contingências previdenciárias	5.336	-
	<u>23.892</u>	<u>18.462</u>
Total de Provisão de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	<u>122.590</u>	<u>105.390</u>

(b) Movimentação das provisões

Provisão para Riscos fiscais	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo inicial	86.928	76.696
Adição	11.770	13.887
Utilização/Reversão	-	(3.655)
Saldo final	<u>98.698</u>	<u>86.928</u>

A provisão para riscos fiscais refere-se, principalmente, à (i) obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. (ii) obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.

Contingências trabalhistas	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo inicial	7.088	4.205
Adição	469	5.521
Utilização/Reversão	(2.250)	(2.638)
Saldo final	<u>5.307</u>	<u>7.088</u>

Contingências cíveis	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo inicial	11.374	6.396
Adição	1.878	4.978
Utilização/Reversão	(3)	-
Saldo final	<u>13.249</u>	<u>11.374</u>

Contingências previdenciárias	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo inicial	-	-
Adição	5.336	-
Utilização/Reversão	-	-
Saldo final	<u>5.336</u>	<u>-</u>

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 14.733 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 14.423 em 31 de dezembro de 2013) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que sua contabilização não é requerida.

20 Tributos a recolher e outros passivos

(a) Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de renda e contribuição social	45.799	29.113
Impostos e contribuições sobre salários	3.151	315
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	291	2.671
Outros	1.178	523
	<u>50.419</u>	<u>32.622</u>

(b) Outros passivos

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Negociação e intermediação de valores	140.932	3.251
Relações interdependências	28.640	55.389
Despesa de Pessoal	19.446	15.416
Carteira de câmbio	81.425	22.603
Outros	9.133	2.464
Sociais e estatutárias	975	1.490
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.409	195
Relações interfinanceiras	1	544
Comissões sobre avais e fianças	684	532
	<u>282.645</u>	<u>101.884</u>

21 Compromissos de crédito (*off balance*)

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Cartas de crédito	990	134
Avais e fianças	372.180	201.477
	<u>373.170</u>	<u>201.611</u>

22 Patrimônio líquido

Movimentação das quantidades de ações

	Ações ordinárias	Ações em tesouraria	Total
Quantidades em 31 de janeiro de 2012	4.332.060.217	24.174.676	4.356.234.893
Emissão de ações			
Compra de ações em tesouraria	(707)	707	-
Cancelamento de ações em tesouraria			
Quantidades em 31 de dezembro de 2013	4.332.059.510	24.175.383	4.356.234.893
Emissão de ações			
Compra de ações em tesouraria	(490.459)	490.459	-
Cancelamento de ações em tesouraria			-
Quantidades em 31 de dezembro de 2014	<u>4.331.569.051</u>	<u>24.665.842</u>	<u>4.356.234.893</u>

(a) Capital social

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.648.394 ações de acionistas residentes no país, 24.665.842 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 2.195 (2013 - R\$ 2.617).

(b) Reservas estatutárias

(i) Reserva de capital

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria, estabelecidas de acordo com a Lei das S.A.

(ii) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária (Lei das S.A.), podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta rubrica engloba o ajuste a valor justo líquido de impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda.

23 Receitas de juros e similares

Receitas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens que compõe as receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	2.392	5.659
Ativos financeiros disponíveis para venda	131.641	81.191
Empréstimos e recebíveis		
Aplicações em operações compromissadas	244.825	190.180
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.093	1.774
Aplicações em moedas estrangeiras	26	15.648
Operações de crédito	96.273	74.055
Outros	<u>274</u>	<u>302</u>
	<u>478.524</u>	<u>368.809</u>

24 Despesas de juros e similares

Despesas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens que compõe as despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	156.507	131.022
Captações no mercado aberto	17.791	18.267
Obrigações por empréstimos e repasses	234.848	99.323
Fundo Garantidor de Crédito	<u>2.438</u>	<u>2.798</u>
	<u>411.584</u>	<u>251.410</u>

25 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros
(a) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ajuste a valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	149.464	80.448

Títulos e valores mobiliários	(65)	(347)
Obrigações por empréstimos e repasses objetos de <i>hedge</i>	3.385	(10.786)
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	<u>33</u>	<u>34</u>
	<u>152.817</u>	<u>69.349</u>

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

	2014	2013
Ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários objetos de <i>hedge</i>	<u>5.205</u>	<u>1.269</u>
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	<u>(4.680)</u>	<u>(8.167)</u>
	<u>525</u>	<u>(6.898)</u>

26 Receita líquida de comissões e prestação de serviços

A rubrica "Receita líquida de comissões e prestação de serviços" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Receitas de comissões e prestação de serviços	<u>31.748</u>	<u>26.048</u>
Taxa de administração	1.148	1.397
Rendas de outros serviços	322	191
Garantias prestadas	2.169	1.746
Tarifas bancárias	926	764
Cobrança	189	138
Outros	49	25
Total das receitas de comissões e prestação de serviços	<u>36.551</u>	<u>30.309</u>

27 Ganhos (perdas) cambiais, líquidos

	2014	2013
Aplicações no Exterior	<u>2.577</u>	<u>(6.566)</u>
Câmbio	9.233	57.742
Empréstimos	7.565	31.279
Financ. Exportação	(3.218)	(156)
Financ. Importação	(784)	2.737
Obrigações e repasses	<u>4.485</u>	<u>(68.132)</u>
	<u>19.858</u>	<u>16.904</u>

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	<u>885</u>	<u>9.034</u>
Atualização de depósitos judiciais	6.885	6.762
Resultado na alienação de valores e bens	(31)	(52)
Despesas tributárias	(10.530)	(8.172)
Contingências	(12.588)	(23.644)
Diversos	26	846
	<u>(15.353)</u>	<u>(15.226)</u>

29 Despesas de pessoal

	2014	2013
Salários	59.442	51.816
Encargos sociais	26.727	19.424
Benefícios	7.897	7.499
Honorários	8.064	7.048
Treinamentos	397	333
	<u>102.527</u>	<u>86.120</u>

30 Depreciação e amortização

	2014	2013
Depreciação de ativo imobilizado	5.183	3.922
Amortização de ativos intangíveis	3.970	3.891
	<u>9.153</u>	<u>7.813</u>

31 Outras despesas administrativas

	2014	2013
Água, energia e gás	491	437
Aluguéis de contratos de arrendamentos operacionais	2.882	2.501
Comunicações	1.856	1.448
Contribuições filantrópicas	328	223
Manutenção e conservação de bens	1.702	1.205
Material	195	446
Processamento de dados	8.107	6.886
Promoções e relações públicas	518	599
Propaganda e publicidade	87	28
Publicações	143	157
Seguros	100	191
Serviços do sistema financeiro	6.975	4.584
Serviços de terceiros	1.881	2.277
Vigilância e segurança	1.838	1.614
Serviços técnicos especializados	18.118	13.499
Transportes	148	145
Viagens	3.183	3.261
Outras despesas administrativas	2.581	2.346
	<u>51.133</u>	<u>41.847</u>

32 Imposto de renda e contribuição social

- (a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	83.729	74.942
(Inclusões) Exclusões	(30.648)	1.843
Provisão Conting. Fiscais e Cíveis	(11.868)	(16.382)
Provisão Operação de Crédito	(14.797)	(1.115)
Provisão para Bonus e PLR a pagar	(4.865)	(8.442)
Provisão para Pagto. Desp. Adm	(6.190)	664
Atualização depósito judicial	6.885	4.111
Ajuste MtM Derivativos	3.562	24.251
Outras	(3.375)	(1.244)
Base de Cálculo para Imposto de Renda e Contribuição Social	114.377	73.099
IRPJ e CSLL Correntes do período	(45.632)	(29.112)
Imposto diferido IRPJ e CSLL	5.557	(5.533)
Ajuste de exercícios anteriores	264	(473)
	(39.811)	(35.118)

(b) Composição do imposto de renda e contribuição a compensar:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
IRPJ	15.251	8.311
CSLL	6.924	4.198
PIS	4.993	6.085
Dividendos - IR	248	248
Outros	74	73
	<u>27.490</u>	<u>18.915</u>

(c) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Realização / Reversão</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2014</u>
Impacto no Resultado				
Créditos de Liquidação Duvidosa	2.153	-	5.918	8.071
Provisão de bônus	3.377	-	1.308	4.685
Provisão de PLR	-	-	638	638
Pagamentos a Efetuar		-	2.750	2.750


Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A

 Demonstrações Financeiras de
 31 de dezembro de 2014 e 2013
 Em milhares de Reais

Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais	12.914			12.914
- Ações Trabalhistas	2.835	(712)	-	2.123
- Ações Cíveis		-	-	-
Atualização Deposito Judicial	(25.580)	-	(2.754)	(28.334)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.554)	-	(1.425)	(16.979)
Impacto no Patrimônio Líquido				
Previda	-		2.134	2.134
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	81	-	156	237
Total	(19.774)	(712)	8.725	(11.761)

	31/12/2012	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2013
Impacto no Resultado				
Créditos de Liquidação Duvidosa	1.706	-	447	2.153
Provisão de bônus	-	-	3.377	3.377
Provisão de PLR	-	-	-	-
Pagamentos a Efetuar				
Provisões para Passivos Contingentes				
- Riscos Fiscais	11.854	-	1.061	12.914
- Ações Trabalhistas	1.682	-	1.153	2.835
- Ações Cíveis	-	-	-	-
Atualização Deposito Judicial	(22.875)	-	(2.705)	(25.580)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.968)	-	(8.586)	(15.554)
Impacto no Patrimônio Líquido				
Previda	7.375	(7.375)	-	-
Outros (Tit. Disponíveis para venda)	108	(27)	-	81
Total	(7.119)	(7.402)	(5.254)	(19.774)

 (d) **Projeção de realização dos créditos tributários:**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	Valor Contábil	
	Imposto de Renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
2014	-	6.178
2015	18.308	1.858
2016	1.931	1.858
2017	1.931	1.858
2018	1.929	1.858
2019	1.929	1.291
2020	1.505	1.291
2021	1.505	1.291
2022	1.505	1.291
2023	1.505	1.291
2024	1.505	1.290
	33.552	21.359

33 Partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo a Matriz e dependências, controladores e acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As empresas relacionadas com as quais o Banco possui transações estão demonstradas a seguir:

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	426.793	(41.633)	7.421	(9.441)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	48	-	287	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - London	7.795	-	2.263	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	418.749	-	4.862	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Hong Kong	132	-	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Mexico	69	-	9	-
Juros	-	-	-	6.481
Variação cambial	-	(41.633)	-	(15.922)
Aplicações em moedas estrangeiras	20.399	2.805	62.978	9.066
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	20.399	2.805	62.978	9.066
Juros	-	26	-	29



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A

Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de Reais

Varição cambial	-	2.779	-	9.037
Depósito à vista	(3.692)	-	(4.190)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	(3.692)	-	(4.190)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.412.496)	(239.820)	(1.428.974)	(159.997)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	(3.412.496)	(239.820)	(1.428.974)	(159.910)
Juros	-	(146)	-	(96.731)
Varição cambial	-	(239.674)	-	(63.266)
Operações de <i>swap</i>		(9.544)	5.370	4.166
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York		(9544)	5.370	4.166
Outras Obrigações - Prestação de serviços	-	19.926	-	13.885
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	-	19.380	-	12.555
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. – Leasing and Finance	-	397	-	1.381
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. – Tokyo	-	(55)	-	(51)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - London		204	-	(510)

(a) Remuneração de pessoas-chave da administração

Em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas foi estabelecido os honorários mensais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 14.052 a serem distribuídos entre os diretores.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração fixa	5.150	4.265
Remuneração variável	2.914	2.783
	<u>8.064</u>	<u>7.048</u>

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

(b) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- . diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- . pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- . pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau;
- . acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais, Consultivos e semelhantes.

34 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Benefícios de planos de pensão

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, plano de benefícios Previdade benefício definido, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

O Banco é patrocinador do Fitprev, um plano de previdência complementar, de contribuição definida, para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previdade.

A tabela abaixo demonstra onde estão registrados os montantes referentes aos benefícios de planos de pensão:

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valor presente das obrigações financiadas	72.780	78.902
Valor justo dos ativos do plano	67.444	81.097
	<u>5.336</u>	<u>(2.195)</u>
Valor presente das obrigações não financiadas	-	-
Passivo no balanço patrimonial	<u>5.336</u>	<u>-</u>

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

(i) Premissas atuarias

	31 de dezembro de 2014	Percentual 31 de dezembro de 2013
Taxa de desconto	10,77% a.a.	11,29% a.a.
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Taxa de aumentos salariais futuros	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Reajuste de benefícios do Plano	4,5% a.a.	4,5% a.a.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território.

A expectativa média de vida utilizada para determinação das obrigações atuarias é demonstrada na tabela a seguir:

	2014	2013
Participante aos 65 anos de idade		
– Masculino	18,63	18,63
– Feminino	21,98	21,98
Participante aos 40 anos de idade (expectativa aos 65 anos)		
– Masculino	18,63	18,63
– Feminino	21,98	21,98

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 4,1%	Aumento de 4,4%
Taxa de aumentos salariais futuros	0,50%	Aumento de 0,0%	Redução de 0,0%
Reajuste de benefícios do Plano	0,50%	Aumento de 4,4%	Redução de 4,5%
		Aumento em 1 ano na premissa	Redução em 1 ano na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 2,2%	Redução de 2,2%

35 Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Taxa de conversão

Para fins de BR GAAP, as operações ativas e passivas em moeda norte-americana são convertidas na data de fechamento pela taxa “Ptax” definida pelo Banco Central. A Ptax é uma taxa média de cotação, apurada com base nas operações realizadas no mercado.

Para fins de IFRS, no final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira foram convertidos utilizando-se a taxa de fechamento.

(b) Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito

Em BR GAAP, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, o qual considera determinados parâmetros regulamentares.

Para fins de IFRS, a provisão para redução ao valor recuperável foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação, conforme descrito nas Notas 2.9 e 4.1.1. subitem (b).

(c) Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros

Em BR GAAP, as garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas pela emissão dessas garantias são reconhecidas no resultado ao longo do período de vigência da garantia prestada. Adicionalmente, para fins de BR GAAP o Banco reconhece, quando aplicável, provisão com base em modelos internos de avaliação, para todas as garantias financeiras prestadas, de acordo com a probabilidade do fluxo de saída de recursos.

Para fins de IFRS, conforme a IAS 39, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, o Banco mensurou estas operações pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido como “rendas a apropriar” e, quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18 ou (ii) o valor estimado do gasto exigido para liquidar a garantia apenas para os casos em que o Banco entende ser provável o fluxo de saída de recursos, de acordo com a IAS 37.

(d) Plano de Benefício Definido

Para fins de BR GAAP, em 31 de dezembro de 2014 o Banco reconheceu um passivo atuarial decorrente do plano de benefício definido o qual é patrocinador, no montante de R\$ 5.336, em contrapartida ao resultado do exercício.

Segundo o IFRS, os ganhos (perdas) atuarias decorrentes do plano de benefício definido devem ser reconhecidos em conta de Ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos fiscais, diretamente no patrimônio líquido.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias, segundo o BR GAAP, podem ser reconhecidos, mediante certas condições previstas na regulamentação, como a realização provável dos mesmos em até 10 anos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

As demais mudanças no imposto de renda e contribuições sociais diferidos representam os efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados de BR GAAP para o IFRS descritos anteriormente.



35.1 Conciliação do balanço patrimonial

	2014			
	BR GAAP	Ajustes	Ref.	IFRS
Caixa e reserva em Banco Central	504.888	(1.932)	(a)	502.956
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	59.506	-		59.506
Títulos e valores mobiliários	2.570	-		2.570
Instrumentos financeiros derivativos	56.936	-		56.936
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.057.367	-		2.057.367
Títulos e valores mobiliários	2.057.367	-		2.057.367
Empréstimos e recebíveis	4.573.994	10.628		4.584.622
Aplicações em operações compromissadas	2.863.167	-		2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.486	-		40.486
Aplicações em moedas estrangeiras	20.484	(85)	(a)	20.399
Operações de crédito	1.681.307	(559)	(a)	1.680.748
Provisão para redução ao valor recuperável	(31.449)	11.272	(b)	(20.178)
Ativo imobilizado	34.694	-		34.694
Ativos intangíveis	24.024	-		24.024
Imposto de renda e contribuição social	39.882	(39.882)	(e)	-
Outros ativos	343.668	(15.353)	(a)	328.315
Total do ativo	7.638.024	(46.539)		7.591.484
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	2.441.550	-		2.441.550
Instrumentos financeiros derivativos	595.600	-		595.600
Obrigações por empréstimos no exterior	1.845.950	-		1.845.950
Passivos financeiros ao custo amortizado	3.484.728	(6.556)		3.478.172
Depósitos de clientes	1.460.288	-		1.460.288
Depósitos de instituições financeiras	209	-		209
Captações no mercado aberto	238.530	-		238.530
Obrigações por empréstimos e repasses	1.785.701	(6.556)	(a)	1.779.145
Provisão para passivos contingentes e fiscais	127.142	(4.552)	(c)	122.590
Tributos a recolher	50.252	167	(e)	50.419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.313	(33.552)	(e)	11.761
Outros passivos	294.435	(11.790)	(a)	282.645
Total do passivo	6.443.421	(56.283)		6.387.137
Patrimônio líquido	1.194.603	9.744		1.204.347
Capital	853.071	-		853.071



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
 Demonstrações Financeiras de
 31 de dezembro de 2014 e 2013
 Em milhares de Reais

	2014			
	BR GAAP	Ajustes	Ref.	IFRS
Ações em tesouraria	(4.041)	-		(4.041)
Reservas de capital	5.103	-		5.103
Reservas de lucros	340.826	12.946		353.772
Outros resultados abrangentes	(356)	(3.202)		(3.558)
Total do passivo e patrimônio líquido	7.638.023	(46.539)		7.591.484
	2013			
	BR GAAP	Ajustes	Ref.	IFRS
Caixa e reserva em Banco Central	73.834	-		73.834
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	63.310	-		63.310
Títulos e valores mobiliários	50.351	-		50.351
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	-		12.959
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.140.836	-		1.140.836
Títulos e valores mobiliários	1.140.836	-		1.140.836
Empréstimos e recebíveis	3.795.610	9.288		3.804.898
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	-		2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	-		55.469
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	-		62.978
Operações de crédito	1.301.685	5	(a)	1.301.690
Provisão para redução ao valor recuperável	(14.664)	9.283	(b)	(5.381)
Ativo imobilizado	31.356	-		31.356
Ativos intangíveis	23.802	-		23.802
Imposto de renda e contribuição social	26.530	(26.530)	(e)	-
Outros ativos	242.468	201	(a)	242.669
Total do ativo	5.397.746	(17.041)		5.380.705
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	1.022.796	-		1.022.796
Instrumentos financeiros derivativos	268.591	-		268.591
Obrigações por empréstimos no exterior	754.205	-		754.205
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.931.976	87		2.932.063
Depósitos de clientes	2.039.647	-		2.039.647
Depósitos de instituições financeiras	57	-		57
Captações no mercado aberto	148.510	-		148.510
Obrigações por empréstimos e repasses	743.762	87	(a)	743.849
Provisão para passivos contingentes e fiscais	109.028	(3.638)	(c)	105.390



	2013			
	BR GAAP	Ajustes	Ref.	IFRS
Tributos a recolher	32.622	-		32.6322
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.134	(21.360)	(e)	19.774
Outros passivos	101.769	115	(a)	101.884
Total do passivo	4.239.325	(24.796)		4.214.529
Patrimônio líquido	1.158.421	7.755		1.166.176
Capital	853.071	-		853.071
Ações em tesouraria	(3.906)	-		(3.906)
Reservas de capital	5.103	-		5.103
Reservas de lucros	304.277	7.755		312.032
Ajustes de avaliação patrimonial	(124)	-		(124)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.397.746	(17.041)		5.380.705

35.2 Conciliação do patrimônio líquido

	2014	Ref.
Patrimônio líquido em BR GAAP	<u>1.194.603</u>	
Taxa de conversão	418	(a)
Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito	11.272	(b)
Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros	4.551	(c)
Reconhecimento do Crédito Tributário	(6.330)	(d)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(167)	(e)
Patrimônio líquido em IFRS	<u>1.204.347</u>	
	2013	Ref.
Patrimônio líquido em BR GAAP	<u>1.158.421</u>	
Taxa de conversão	4	(a)
Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito	9.283	(b)
Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros	3.638	(c)
Reconhecimento do Crédito Tributário	(5.168)	(d)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(2)	(e)
Patrimônio líquido em IFRS	<u>1.166.176</u>	

35.3 Conciliação do resultado do exercício

	BR GAAP	Ajustes	Ref.	2014 IFRS
Receitas de juros e similares	478.524	-		478.524
Despesas de juros e similares	(411.584)	-		(411.584)
Receita líquida de juros	66.940	-		66.940
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	153.342	-		153.342
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	19.444	414	(a)	19.858
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	36.552	-		36.552
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito	(16.758)	1.989		(14.796)
Outras receitas (despesas) operacionais	(21.603)	6.250	(b)	(15.353)
Despesas de pessoal	(102.527)	-	(a), (c), (d)	(102.527)
Depreciação e amortização	(9.153)	-		(9.153)
Outras despesas administrativas	(51.133)	-		(51.133)
Lucro operacional antes da tributação	75.076	8.653		83.729
Imposto de renda e contribuição social corrente	(45.368)	-		(45.368)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.019	(3.462)	(e)	5.557
Lucro líquido do exercício	38.727	5.191		43.918
	BR GAAP	Ajustes	Ref.	2013 IFRS
Receitas de juros e similares	368.809	-		368.809
Despesas de juros e similares	(251.410)	-		(251.410)
Receita líquida de juros	117.399	-		117.399
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	62.451	-		62.451
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	16.630	274	(a)	16.904
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	30.309	-		30.309
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito	(6.045)	4.930		(1.115)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.998	(18.224)	(b)	(15.226)
Despesas de pessoal	(86.120)	-	(a), (c), (d)	(86.120)
Depreciação e amortização	(7.813)	-		(7.813)
Outras despesas administrativas	(41.847)	-		(41.847)
Lucro operacional antes da tributação	83.852	(13.020)		70.832
Imposto de renda e contribuição social corrente	(29.585)	-		(29.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.742)	5.208	(e)	(5.533)
Lucro líquido do exercício	47.636	(7.812)		39.824

* * *